



ACÓRDÃO Nº113/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10735/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Raimundo Marcondes de Oliveira dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Unidade Técnica:** Dicami.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 287/2017-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 561/567).
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Juruá. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Juruá, exercício financeiro de 2014**, da responsabilidade do Senhor Raimundo Marcondes de Oliveira dos Santos, Presidente e Ordenador de Despesas no exercício de 2014, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas “b” e “c” da Resolução nº 04/2002;
- 9.2. **Aplicar Multa ao Senhor Raimundo Marcondes de Oliveira dos Santos**, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 17.536,25** nos seguintes moldes:
 - 9.2.1. No valor R\$ 8.768,25 (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial em conformidade com o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM, tendo em vista as



ACÓRDÃO Nº113/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

impropriedades descritas nos Subitens 4.2, 4.8, 4.11, 4.12-b, e 4.13-b do Relatório/Voto (Restrição 4, 12, 16, 17-b e 18-b do Relatório Conclusivo Nº 132/2015 – DICAMI, às fls. 361/390);

9.2.2. No valor R\$ 8.768,25 (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial em conformidade com o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 25/2012-TCE/AM, tendo em vista as impropriedades descritas nos Subitens 5.1 e 5.2 do Relatório/Voto (Restrições 1 e 2 da Diligência Ministerial nº 1154/2016 – DMP/MPC-FCVM, às fls. 391/401);

9.2.3. Prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para que o responsável recolha os valores das multas acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual (Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com comprovação perante a este Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, caput, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

9.2.4. Autorize a imediata **Cobrança Executiva**, nos moldes do art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno), caso o responsável não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas e ainda a **Inscrição na Dívida Ativa**, caso persistam os débitos.

9.3. Considerar em Alcance o Senhor **Raimundo Marcondes de Oliveira Dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Juruá e Ordenador de Despesas no exercício de 2014, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso III e § 2º do artigo 22 da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM e **determinar** a devolução aos cofres públicos do **montante de R\$ 293.243,77** (duzentos e noventa e três mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), corrigidos monetariamente nos termos do artigo 305, da Resolução nº 04/2001-TCE/AM, face às impropriedades descritas nos Subitens 4.1, 4.9, 4.12-a e 4.13-a do Relatório/Voto (Restrições 2-b, 14, 17-a e 18-a do Relatório Conclusivo nº 132/2015 – DICAMI, às fls. 361/390) nos moldes a seguir:



ACÓRDÃO Nº113/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.3.1. R\$ 45.263,73** (quarenta e cinco mil e duzentos e sessenta e três reais, setenta e três centavos) por não justificar especificamente que debito é esse, contraído pelo mesmo junto a Câmara Municipal de Juruá, quando Presidente e Gestor da instituição no exercício de 2014, que não justificou documentalmente se houve comprovação do pagamento do referido debito, ou qual providência tomada para o pagamento de tal valor;
- 9.3.2. R\$ 75.664,00** (setenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e quatro reais) por não ter comprovado a entrada e saída dos materiais, por meio dos documentos de controle de estoque, fichas, relatórios e inventário, no valor integral das **Notas Fiscais nº 74 e nº 84** adquiridas do fornecedor **FR DA SILVA COMERCIAL – ME**;
- 9.3.3. R\$ 110.189,09** (cento e dez mil, cento e oitenta e nove reais e nove centavos) por não ter comprovado a entrada e saída dos materiais, por meio dos documentos de controle de estoque, fichas, relatórios e inventário na aquisição de Produtos de Limpeza e Expedientes no valor integral das **Notas Fiscais nº 083, nº 084 e nº 087** adquiridas do fornecedor **JEMILSON LIMA OLIVEIRA, CNPJ 07.295.858/0001-70** e **Notas Fiscais nº 178, nº 179 e nº 198**, adquiridas do fornecedor **O. DAS. BARRETO NETO – ME, CNPJ 12.284.256/0001-57**;
- 9.3.4. R\$ 62.126,95** (sessenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) por não ter comprovado a entrada e saída dos materiais, por meio dos documentos de controle de estoque, fichas, relatórios e inventário na aquisição de Produtos de Limpeza e Expedientes no valor integral da **Nota Fiscal nº 086** adquirida do fornecedor **JEMILSON LIMA OLIVEIRA, CNPJ 07.295.858/0001-70** e **Nota Fiscal nº 195**, adquirida do fornecedor **O. DA S. BARRETO NETO – ME, CNPJ 12.284.256/0001-57**;
- 9.3.5. Prazo de 30 (trinta) dias**, para o recolhimento dos valores imputados aos cofres municipais de Juruá (Câmara Municipal de Juruá), acrescidos das atualizações monetárias e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de Contas nos termos do artigo 72, III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM (Lei Orgânica), c/c



ACÓRDÃO Nº113/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o artigo 169, I e artigo 306, § único, III, ambos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);

9.3.6. Autorize a Câmara Municipal de Juruá, caso os valores da condenação não venham a ser recolhidas dentro do prazo estipulado, **a inscrição do débito na Dívida Ativa**, e ensejo à **Ação Executiva** em consonância com o artigo 73, da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM, c/c o artigo 169, II e § 6º, do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM.

9.4. Determinar a Câmara Municipal de Juruá que:

9.4.1. Elabore planejamento a fim de **realizar concurso público para provimento de suas atividades finalísticas**, em especial, para o cargo de Advogado/Procurador da Câmara;

9.4.2. Adote as medidas necessárias à **instalação do registro de presença dos servidores de forma eletrônica**;

9.4.3. Insira as informações de **Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária no Portal de Transparência**, de forma atualizada com objetivo de propiciar melhores Controles por parte dos Controles Internos, Tribunal de Contas, Ministério Público e o Controle Social efetuado pela população em geral;

9.4.4. Insira integralmente as **informações no sistema e-contas** desse Tribunal, com objetivo de melhorar a qualidade na Prestação de Contas Anuais desta Câmara, pois foi atestado que ficaram ausentes informações sobre adesões de ata de registro de preços;

9.4.5. Elabore **inventário** de todos os bens permanentes, confeccione etiquetas ou plaquetas com o objetivo de afixar o número do tomo no bem permanente e faça monitoramento anual com objetivo de identificar os destinos dos bens.

9.4.6. Insira as informações corretamente no sistema Gefis, bem como publique corretamente o Relatório de Gestão Fiscal, sem omissões de informações do Total das Despesas de



ACÓRDÃO Nº113/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Pessoal, percentual de limites legais, prudenciais e de alerta, bem como o valor da Receita Corrente Líquida.

9.4.7. Observe e aplique o Princípio da Segregação de Funções, com objetivo de visualizar da melhor maneira possível a competência do setor que requisita e recebe materiais de consumo, propiciando maior integração entre o setor de almoxarifado e a contabilidade, com isso disponibilizando relatórios de entradas e saídas, bem como os saldos, coincidindo com os inventários do exercício.

9.4.8. Instaure **Tomada de Contas**, a fim de preceder à cobrança da quantia de **R\$ 9.437,75** (nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), do Senhor **Eli no Ferreira Silva**, Vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal daquela localidade, devendo tal processo observar o contraditório e a ampla defesa e ser posteriormente submetido à julgamento deste Tribunal de Contas, nos termos do art. 13 da Lei nº 2.423/96.

9.5. Que a próxima **Comissão de Inspeção** verifique se foram cumpridas as **determinações** e/ou **recomendações** desta corte.

10- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 7 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral